

# **DESENVOLVIMENTISMO NO CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO: uma releitura de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em defesa do interesse nacional**

**Ms. Cássio Silva Moreira\***  
[cassiocsm@yahoo.com.br](mailto:cassiocsm@yahoo.com.br)

**“Nunca foi tão grande a distancia entre o que somos e o que poderíamos ser”**

**(Celso Furtado apud Benjamin, 2006)**

## **RESUMO**

Este artigo analisa as estratégias de desenvolvimento econômico existentes na década de 60 no Brasil. De um lado o nacional desenvolvimentismo, baseado na construção de um capitalismo nacional tendo como agente principal o Estado. De outro lado, o desenvolvimentismo associado-dependente cujo agente principal continua sendo o Estado, entretanto, o capital estrangeiro passa a ter um papel fundamental na construção do capitalismo no Brasil.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Desenvolvimento econômico. Desenvolvimentismo.

## **ABSTRACT**

This article analyze the economic development strategies present on the decade of Sixties in Brazil. In one side, the national development model, based on a national capitalism mostly based on the State. In the other side, the linked-dependant development, which main player was still the State, but with a more significant presence of the external capital on building capitalism in Brazil.

## **KEY WORDS**

Economic Development, Development.

\* Doutorando em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS, economista do IBGE, professor de economia da UNILASALLE e da FAPA.

E-mail: [cassiocsm@yahoo.com.br](mailto:cassiocsm@yahoo.com.br). Home page: <http://geocities.yahoo.com.br/cassiocsm/>

## 1. INTRODUÇÃO

Na última década, um tema que tem voltado à tona no meio acadêmico no Brasil é o desenvolvimento econômico. Durante a década de 80 o combate à inflação foi a prioridade dos governos no Brasil. Embora o crescimento econômico com distribuição de renda fosse um objetivo, esse foi relegado a segundo plano em razão da instabilidade monetária. Entretanto, com o advento do Plano Real, a estabilidade passou a ser o *status quo* da economia brasileira e um novo anseio nacional – desenvolvimento - passou a ser visto, por alguns economistas, como prioridade. Nesse contexto, ressurgiu a questão da participação do Estado no desenvolvimento econômico.

Este artigo não tem a pretensão de elaborar um novo conceito para o desenvolvimentismo adotado na primeira metade do século passado, mas pretende instigar essa discussão com uma abordagem teórica de dois pensadores, um economista e outro sociólogo, que escreveram diversos artigos sobre o Brasil e as barreiras para superar o seu subdesenvolvimento. Este trabalho está dividido em quatro partes. A primeira tratará de relembrar as correntes de pensamento econômico que pensavam o desenvolvimento do país. A segunda seção abordará o conceito de desenvolvimentismo e suas nuances. Na terceira parte trataremos o contexto atual com o processo de globalização das economias. Por fim, antes da conclusão, é mostrado alguns indícios desse novo desenvolvimentismo, trazendo à luz o pensamento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

## 2. DEBATES TEÓRICOS NO BRASIL NOS ANOS 50 e 60

Esse ensaio propõe-se a contribuir com o tema: desenvolvimento econômico. Durante as décadas de 50 e 60, muitos textos foram escritos sobre o futuro do Brasil. Havia uma nítida divisão sobre a forma de continuar esse desenvolvimento. De um lado, tínhamos correntes de pensamento que defendiam o que se chamou, na época, de nacional-desenvolvimentismo, de outro lado o que era

chamado de desenvolvimento dependente-associado. Ambos ficaram claros em dois períodos da nossa história. O primeiro na Era Vargas, em especial no governo de 1950 a 1954, e o segundo teve sua hegemonia após o golpe militar de 1º de abril de 1964. Entretanto, a partir do início da década de 50, essa divisão emergia com maior nitidez, ficando evidente no início da década de 60 devido aos interesses políticos contraditórios e o término de uma etapa do processo de substituição de importações, quando no governo de Juscelino Kubitschek a matriz de bens de consumo durável foi implementada.

Uma divisão que podemos adotar é a da CEPAL, (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que analisa cinco fases para demonstrar a evolução histórica da região. A primeira, nos anos 50, foi marcada pelo processo de industrialização; a segunda, anos 60, pelas reformas que visavam eliminar os entraves à industrialização; a terceira, nos anos 70, pela reorientação do modelo de desenvolvimento; a quarta, na década de 80, pela superação do endividamento externo e, por fim, os anos 90, marcados pela estabilização e reinserção produtiva do Brasil na globalização.

Especialmente no que tange às três primeiras fases, havia várias correntes de pensamento para o desenvolvimento no Brasil. Entre elas podemos citar os desenvolvimentistas, os liberais e os socialistas. Os desenvolvimentistas estavam divididos entre os ligados ao setor privado, como Roberto Simonsen e Almeida Magalhães, e os desenvolvimentistas ligados ao setor público, como Celso Furtado (corrente nacionalista) e Roberto Campos (corrente não nacionalista), assim como o pensamento liberal de Eugênio Gudin e a corrente socialista de Inácio Rangel.

Os desenvolvimentistas eram influenciados pelas idéias da CEPAL. Conforme Souza (1999), para o pensamento desenvolvimentista a transformação da economia brasileira seria impossível sem industrialização, planejamento econômico e participação do Estado no processo produtivo. Essas idéias foram inspiradas no pensamento de Raul Prebisch e Hans Singer. Eles defendiam que para a América Latina sair do subdesenvolvimento ela deveria implementar sua industrialização por meio da substituição de importações. Os instrumentos a serem abordados seriam a taxa de câmbio e as tarifas sobre importações. Além disso, era necessário restringir o consumo supérfluo, incentivar o ingresso de capitais externos, realizar a reforma agrária e ampliar a participação do Estado na captação de recursos e na

implementação de infra-estrutura (SOUZA, 1999).

A questão chave era qual seria a participação do Estado nesse processo e o papel do capital nacional. De modo diferente do pensamento liberal, que via na estabilidade monetária e no aumento da produtividade os fatores do crescimento econômico, os desenvolvimentistas viam a participação do Estado como fundamental na expansão do produto. O ponto divergente era qual papel caberia ao capital privado nacional. Para os desenvolvimentistas ligados ao setor privado, o Estado deveria atuar nos ramos em que a iniciativa privada nacional não teria interesse e pleiteavam fortemente que o governo adotasse elevado protecionismo à indústria nacional, não elevação de salários e tributos e ampliação do crédito. Para eles o capital estrangeiro seria um parceiro para atuar em atividades comerciais e agrícolas e, em especial, nos setores ainda não explorados pelo capital nacional.

Os desenvolvimentistas ligados ao setor público estavam divididos em dois grupos. Os liderados por Celso Furtado defendiam ampla participação do Estado na economia com parcerias com o capital nacional, os desenvolvimentistas liderados por Roberto Campos acreditavam na associação com o capital estrangeiro como fator para superar o subdesenvolvimento. Em suma, de um lado havia o desenvolvimentismo-nacional de outro o dependente-associado.

### **3. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO**

O ano de 1964 é um marco para visualizar de forma clara esses dois projetos que tinham na participação do estado seu principal instrumento. Antes de 64, em especial durante a Era Vargas, o Estado Nacional brasileiro teve sua formatação. Esse Estado era a forma de uma sociedade, com objetivos comuns, se organizar de modo a ter soberania sobre um determinado território. Além dos objetivos clássicos da política macroeconômica, tal como estabilidade e emprego, o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico (visto como sinônimo) passaram a ser o objetivo principal da nação. Dessa forma, foram formuladas estratégias para alcançá-lo.

O nacional desenvolvimentismo foi a opção adotada. Nacional, porque via na dependência

comercial, tecnológica e financeira os principais entraves ao desenvolvimento. Para isso seria necessário o desenvolvimento do capital nacional de forma a romper com a dominação estrangeira e promover uma forte indústria nacional. Como esse capital era incipiente, visto que grande parte ainda estava direcionado para a economia agroexportadora, a etapa inicial do projeto de industrialização deveria ser promovida pelo Estado, que relegaria a segundo plano o capital estrangeiro.

Esse nacional desenvolvimentismo estava estruturado com a participação do Estado na economia nas seguintes formas. Primeiramente, com a atuação das empresas estatais no setor produtivo da economia. Em segundo, por meio do planejamento e da distribuição setorial dos investimentos. Em terceiro, por meio da subordinação das políticas monetária, fiscal e cambial ao desenvolvimento. Em quarto, a promoção do mercado interno por intermédio de uma redistribuição de renda mais equitativa. Por fim, pelo controle dos fluxos de capital estrangeiro. Essas medidas, especialmente a política cambial, visavam industrializar o país por etapas, com forte componente nacional, parecida com a estratégia da industrialização desequilibrada de Hirschman, cujo Estado seria o grande coordenador e promotor do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.

Conforme Bielschowsky (1998), o que diferenciava a corrente nacionalista das demais correntes desenvolvimentistas era a idéia do controle por agentes nacionais, privados e estatais, dos centros de decisão sobre poupança e investimento; a necessidade de gerar autonomia financeira com relação a fontes internacionais de capital; e maior sensibilidade com relação às questões ligadas à distribuição da renda, entre setores econômicos, classes sociais e regiões.

Empiricamente, durante o primeiro governo Vargas, os principais instrumentos para a promoção da industrialização foram o confisco cambial e a seletividade das importações praticadas pelo Estado. Essas medidas iam contra os interesses dos agroexportadores, dos grupos ligados à importação e ao capital estrangeiro. De certa forma, o nacional-desenvolvimentismo surgiu como forma de superar o subdesenvolvimento, que era atribuído ao grau de dependência para com o exterior. O auge desse modelo se deu nos governos de Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964).

Durante o governo Vargas, o Brasil passou de uma economia agrária para um país industrial

com pretensões ao modernismo. A infra-estrutura do país foi desenvolvida com a criação de siderurgias e com a indústria de extração de recursos naturais, como o caso do petróleo. O capital estrangeiro era de certa forma tolerado, mas amplamente controlado por meio de legislação nacional, inclusive com a restrição das remessas de lucros das empresas estrangeiras instaladas no país. O objetivo era, claramente, desenvolver o mercado interno e a indústria nacional. O governo Goulart foi um continuísmo do governo Vargas, quando, talvez, o regime democrático no Brasil atingiria o seu ápice. Além da criação da Eletrobrás, o seu principal objetivo eram as reformas. As reformas de base propostas por João Goulart visavam ampliar a democratização do Estado e da educação, assim como o acesso à terra, por meio de uma reforma agrária, da mesma forma que combater os monopólios privados e a crescente evasão de divisas por meio das remessas de lucros. Ademais, visava uma reestruturação do módico sistema financeiro da época, com a criação de um banco central e da estatização do sistema bancário.

Como forma de reação ao nacional-desenvolvimentismo, surgiu um modelo híbrido, chamado de dependente-associado, que não negava a participação ativa do Estado, entretanto atribuía outro papel ao capital estrangeiro, papel esse fundamental, de parceria e promoção dos investimentos em setores de ponta e estratégicos para o país. O fortalecimento dessa corrente se dá com a criação da Instrução 113 da SUMOC<sup>1</sup> (Superintendência da Moeda e do Crédito) pelos economistas Eugênio Gudim (diretor da empresa multinacional norte-americana Amforp American Foreign Power) e de Otávio G. Bulhões dirigentes da SUMOC. Essa Instrução consistia no direito das empresas estrangeiras “trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem” (PRADO, 2001).

O modelo Dependente-Associado de certa forma “cooptou” o capital nacional associando-o com os interesses do capital estrangeiro, sob a tutela e parceria do Estado Nacional. Essa aliança propiciaria a atração de capitais e a modernização do parque industrial por meio de aporte tecnológico. De fato, no governo JK e, em especial, pós-golpe de 64, houve uma modernização da economia, porém as velhas estruturas sociais e a dependência externa não foram alteradas. O resultado seria um aumento

da dependência tecnológica e estrutural, visto a importância crescente das empresas multinacionais no fornecimento de componentes industriais e bens e serviços; e uma dependência financeira com o brutal endividamento externo, agravado com a elevação da taxa de juro norte-americana em 1979.

Após uma “década perdida”, o Brasil voltou aos fluxos dos capitais internacionais no início dos anos 90. O Estado, completamente endividado, passa a ter um papel subserviente ao capital estrangeiro, e as reformas liberalizantes sobrevoam a América Latina e reformulam o papel do Estado na economia. Inicia-se a inserção do país num mundo cada vez mais globalizado. As vitórias de F. Collor e F. H. Cardoso colaboraram para o avanço dessas reformas e combateram a inflação de forma a estabilizá-la em níveis irrisórios, a partir de 1994. O Brasil se inseria na globalização, entretanto, antes de falarmos sobre um novo desenvolvimentismo é importante entendermos esse processo de globalização.

## 4. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, o mundo passou por uma série de transformações culturais, econômicas, políticas e sociais. No âmbito econômico, com a utilização de novas tecnologias que facilitaram o acesso à informação, os fluxos internacionais de bens, serviços e capitais acentuaram-se expressivamente. Em resposta a esses fluxos, observamos uma integração crescente dos mercados locais, anteriormente estabelecidos em economias nacionais com um forte protecionismo, passando a formar um mercado global<sup>2</sup>. Entendendo a globalização como um processo de integração de mercados domésticos na formação de um mercado mundial integrado, podemos individualizar três dimensões de sua atuação: comercial, produtiva e financeira.

A globalização comercial consiste na integração dos mercados nacionais por meio da diminuição das barreiras comerciais e, conseqüentemente, do aumento do comércio internacional. Relativamente às demais dimensões, conforme Prado (2001), a globalização comercial é:

[...] mais facilmente mensurável e sua discussão não é particularmente controversa: se o crescimento do comércio mundial der-se a uma taxa de crescimento média anual mais elevada do que a do PIB mundial podemos afirmar que há globalização comercial. O processo de globalização pode dar-se mundialmente ou regionalmente. Podemos, também, afirmar que uma

região passa por processo de globalização comercial em determinado período, se o comércio exterior regional crescer a taxa superior ao crescimento do PIB regional. Se este fenômeno for exclusivamente regional e explicado por políticas econômicas dos países da região, este processo pode ser chamado de integração econômica. (PRADO, 2001, p.4).

Na esfera produtiva, sustenta Gonçalves (1994, p. 77) que “[...] o progresso tecnológico e as mudanças organizacionais das duas últimas décadas levaram, simultaneamente, à aceleração do processo de internacionalização da produção e, ao mesmo tempo, ao aumento da concorrência em escala mundial [...]”. Conforme esse mesmo autor, a globalização produtiva é a produção e a distribuição de valores dentro de redes em escala mundial, com o aumento da concorrência entre os grandes grupos econômicos. Com a expansão das empresas multinacionais, estas passaram a adotar a estratégia de segmentar a produção por intermédio de várias unidades operacionais distintas, entretanto, mantendo concentrada a atividade de pesquisa e desenvolvimento em seu país de origem. (CHANDLER, 1998, p.304).

A globalização financeira foi fruto da integração dos mercados financeiros nacionais em um único mercado internacional. Salienta Prado que:

[...] globalização financeira é o processo de integração dos mercados financeiros locais - tais como os mercados de empréstimos e financiamentos, de títulos públicos e privados, monetário, cambial, seguros, etc. - aos mercados internacionais. No limite os mercados nacionais operariam apenas como uma expressão local de um grande mercado financeiro global. Portanto, este fenômeno não trata apenas do crescimento de transações financeiras com o exterior, mas na integração dos mercados financeiros nacionais na formação de um mercado financeiro internacional. (PRADO, 2001, p.14).

Essa integração dos mercados financeiros nacionais foi intensificada por alguns processos intimamente relacionados. Dentre estes, podemos destacar a desregulamentação e liberalização financeira e monetária, a desintermediação financeira, e a abertura dos mercados financeiros nacionais. Plihon (1995, p. 61) caracteriza a globalização financeira como a “[...] instauração de um mercado unificado de dinheiro em âmbito planetário. Isso significa que as empresas multinacionais industriais e financeiras podem contratar empréstimos ou aplicar fundos sem limites onde e quando queiram, recorrendo a todos os instrumentos financeiros existentes”.

O processo de globalização ocorreu por intermédio do aprofundamento da internacionalização das relações capitalistas de comercialização, produção e finanças. Com o primeiro choque do petróleo em

1973, os países desenvolvidos iniciaram a reestruturação produtiva de suas economias. Esta ocorreu em consequência da busca de maior produtividade para enfrentar a concorrência cada vez mais acirrada entre eles. Uma das estratégias usadas foi a adoção de novas formas de organização do trabalho e a utilização de novas tecnologias. A primeira deu-se por meio de novas técnicas de gerenciamento, flexibilização da produção e redução dos salários. A segunda ocorreu valendo-se de inovações na área da biotecnologia, de novos materiais, química fina, microeletrônica, robótica, etc. Essas novas tecnologias tiveram um papel fundamental na reestruturação dos principais países capitalistas. As empresas, utilizando novas tecnologias e novas formas de organização da produção, retomaram a tendência crescente das taxas de lucro e ampliaram seus mercados, iniciando o processo de globalização produtiva. A utilização dessas novas tecnologias trouxe resultados consideráveis, tais como o aumento da produtividade dos fatores de produção e o aumento da concorrência internacional, assim como resultados negativos, como o aumento da taxa de desemprego em diversos países.

O acirramento da competição entre as principais economias mundiais, especialmente Alemanha, Estados Unidos e Japão, levou suas instituições financeiras e industriais a procurarem canais mais amplos para investimentos e novos mercados. A expansão dessas instituições levou a um crescimento dos empréstimos aos países do Terceiro Mundo, a ampliação do mercado de eurodólares, o crescente aumento do comércio exterior em relação ao PIB e a formação de grupos econômicos com acionistas de diversas nacionalidades, mundializando o capital.

Na esfera financeira, a adoção de determinadas políticas macroeconômicas por parte dos Estados Unidos e Inglaterra, liberalizando os controles financeiros e comerciais contribuíram para intensificar o processo de globalização. As inovações tecnológicas foram o instrumento facilitador para a integração dos mercados financeiros, por intermédio do fim dos controles de câmbio, desregulamentação financeira, etc.

É nesse contexto que se acelerou os processos de integração regional como uma redefinição do espaço dos estados nacionais. Entretanto esse processo não é simétrico em relação a todos os países. Os países centrais, para usar uma expressão comum na obra de Furtado, continuam tendo o controle desses

processos (globalização e regionalização), tendo como agentes suas empresas multinacionais.

A pergunta que cabe aqui é de que forma a inserção nesse processo beneficia a sociedade – em vias de desenvolvimento - fixada em determinado território que chamamos de Estado nacional? Em resposta a isso, temos a ótica de Celso Furtado que se contrapõe, em outro contexto, à teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso. Essa parece, hoje, justificar nossa inserção no mercado globalizado, que de certa forma pode limitar e condicionar a autonomia do Estado nacional (por meio da política monetária, fiscal e cambial) aos interesses das grandes corporações.

## **5. UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO: PERSPECTIVAS SOBRE A ÓTICA DE CELSO FURTADO E DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Entre os vários autores que escreveram sobre o assunto, no século passado, dois serão mencionados nessa seção. Uma diferença intrínseca entre eles é o entendimento do conceito de nação. O primeiro deles, será o economista Celso Furtado cujo marco teórico consiste na crença de que para o desenvolvimento é necessário superar o subdesenvolvimento, e esse é proveniente do grau de dependência do país com o exterior. A forma de superar essa dependência seria por meio da consolidação do Estado nacional. Essa consolidação dar-se-ia por intermédio do desenvolvimento do capitalismo nacional, de forma a romper com a dependência centro-periferia e sua relação deteriorada, em relação aos termos de troca no comércio, em favor dos países centrais; apenas dessa forma superar-se-ia o subdesenvolvimento. Furtado observa que o subdesenvolvimento é algo peculiar do processo de formação de algumas nações e ressalva que ele não é uma etapa do desenvolvimento. Esse destaque é importante, pois não se deve imaginar que o subdesenvolvimento é uma etapa anterior do desenvolvimento e, muito menos, que basta seguir os mesmos passos dos países desenvolvidos para o país alcançar o desenvolvimento.

“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de

desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade” (FURTADO, 1971: 180).

Dessa forma, a questão distributiva ganhava importância para esse processo. Furtado percebia a importância da distribuição de renda para diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento.

“O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política” (FURTADO apud KALVAN, 2000: 75).

Em suma, o subdesenvolvimento vem a ser um processo em que as condições nacionais-econômicas, sociais e políticas – são desconsideradas em nome de ditames vindos do exterior, externos à sociedade nacional (Kalvan, 2000). Dessa forma, uma ampla industrialização dotaria a economia brasileira de um certo grau de autonomia que propiciaria uma proteção em sua soberania. Para aquele autor, portanto, o desenvolvimento estava nitidamente associado ao grau de dependência.

“O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá de ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração” (FURTADO, 1974: 93).

Justamente nesse ponto, sobre dependência externa, que há uma das principais discordâncias com a tese do segundo autor Fernando Henrique Cardoso. Como veremos a seguir, a Teoria da Dependência sabatina o movimento que defendia o desenvolvimento associado-dependente, que já estava em andamento desde o governo JK.

O sociólogo e ex-presidente da república escreveu, em conjunto com Faletto, o artigo “Dependência e Desenvolvimento da América Latina” (1970), que repercutiu e influenciou gerações. Para esses autores seria possível haver desenvolvimento com dependência. A inserção do Brasil no sistema capitalista internacional contribuiria para a ampliação do produto e modernização do seu parque produtivo. Em sua obra, é reformulada a antiga Teoria da Dependência, e ressaltado que, visto as insuficiências de poupança interna de um país periférico, a possibilidade de inserção subordinada do Estado Nacional subdesenvolvido ao sistema capitalista desenvolvido por meio de uma associação

dependente. Isso seria possível em virtude de que interesses externos e internos poderiam ser conciliados, e o que pesaria para o subdesenvolvimento seriam os conflitos internos entre as classes do que propriamente a dependência externa.

“Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década 'desenvolvimentista', os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento?” (CARDOSO e FALETTO, 1970:14).

“Salientamos que a situação atual do desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apóia politicamente em um sistema de alianças distintas daquele que no passado assegurava a hegemonia externa” (CARDOSO e FALETTO, 1970: 141).

A globalização parece ratificar e desenvolvimento associado-dependente, embora reformulando o papel do Estado e o tornando mais coadjuvante do que ator principal desse processo. Os investimentos diretos estrangeiros, tendo como seus vetores as empresas multinacionais, tendem a ser os propulsores da modernização e do crescimento econômico. O Estado estaria disposto mais como um coordenador e incentivador do desenvolvimento. Entretanto, até que ponto o nível de investimentos, que depende da eficiência marginal do capital e suas expectativas, será suficiente para uma expansão equitativa do produto? De que modo a ausência de planejamento estatal restringirá esse crescimento? Fala-se tanto em planejamento empresarial, planejamento estratégico, planejamento familiar, por que a ausência de planejamento estatal?

Pensando nessas respostas, devemos refletir sobre a importância do Estado na economia e de que forma esse deve atuar no desenvolvimento econômico. Ademais, que tipo de Estado queremos? Em outras palavras, que tipo de nação buscamos: a que se aproxima das idéias de Celso Furtado ou a alternativa que foi constatada pelo sociólogo e aprofundada pelo ex-presidente Cardoso? Talvez esse debate ressurgja com volúpia nos próximos anos, numa roupagem nova chamada de novo desenvolvimentismo. Eis a questão: Nacionalista ou Dependente-associado?

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do governo JK e durante todo o regime militar, a associação com o capital estrangeiro ganhou importância fundamental na nova estratégia de desenvolvimento, isso foi sendo chamado de desenvolvimentismo associado-dependente. O processo de substituição de importações ganhou novo fôlego com o II PND (segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) e o país continuou a crescer, porém em marcha forçada. A crise da dívida nos anos 80, ocasionando a deterioração da capacidade do Estado de participar mais efetivamente da expansão do produto, fez com que o Brasil passasse a adotar um novo “modelo de desenvolvimento”. Esse “modelo” seria levado pelas livres forças de mercado, e o país adotou medidas liberalizantes para superar sua estagnação.

Contudo, depois de quase duas décadas de neoliberalismo, o crescimento econômico continua sendo incipiente e o desenvolvimento é uma incógnita. Muitos questionamentos surgem com isso, e uma nova onda de desenvolvimentistas parece ressurgir. Entretanto, com um contexto completamente diferente: globalização financeira, megacorporações multinacionais, acordos de livre comércio, etc. A pergunta que cabe aqui é: como se engendra esse novo desenvolvimentismo? Talvez esse esteja associado com a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal. Entretanto, a meta de pleno emprego parece ainda permanecer no escopo do desenvolvimento, cujo papel do Estado ainda permanece crucial. Todavia, será que apenas como regulador da atividade econômica? Creiamos que ele deve ir muito mais além, pois o Estado nacional brasileiro entrou em crise, talvez, muito mais pela má administração de seus gestores e pelo impacto da elevação da taxa de juro norte-americana, do que, propriamente, pela inserção do Estado em setores produtivos da economia. Ademais, o que parece evidente é a necessidade de um choque de gestão e uma mudança no arcabouço jurídico e institucional que permita uma maior eficácia nas soluções dos problemas públicos e uma maior transparência nas decisões e na destinação dos impostos pagos pelo cidadão-eleitor-contribuinte.

Contudo, visto o pensamento dos autores anteriormente revisados, cabe achar respostas para algumas perguntas antes de definir os moldes desse novo desenvolvimentismo. O que seria a nação brasileira? Quais as modificações existentes no Estado nacional? De que forma a diminuição da

soberania e autonomia impactaria na promoção de bem-estar à sociedade? Qual o projeto de país que queremos construir? Enfim, as respostas a esses questionamentos devem ser construídas.

---

<sup>1</sup> SUMOC foi a autoridade monetária antes da criação do Banco Central, juntamente com o Banco do Brasil (BB) e o Tesouro Nacional.

<sup>2</sup> Hirst e Thompson (1998, cap.1) salientam que já no final do século XIX observou-se grande movimentação financeira e comercial. A ela seguiu-se um grande fechamento, observado principalmente entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial, o que poderia estar apontando ciclos de abertura e fechamento das economias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, César. (2006) **“Uma certa idéia de Brasil”**. In Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane, Adriano de Freixo. Orgs. (2006). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- BIELSCHOWSKY, Roberto (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. Capítulos 1 (“Introdução”: 39-41) e 2 (“O Pensamento Neoliberal”: 43-90).
- BIELSCHOWSKY, Roberto (2006) Entrevista: **Celso Furtado explicou nosso atraso**. Jornal da Ciência. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=23519> 2006. Acesso em 03 dez 2006.
- BRESSER-Pereira, Luiz Carlos (1982) **“Seis Interpretações sobre o Brasil”**. Dados 25(3), sem mês, 1982. Republicado em Pactos Políticos (1985).
- BRESSER-Pereira, Luiz Carlos (1997) **“Interpretações sobre o Brasil”**. In Maria Rita Loureiro, org. (1997) 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes: 17-69.
- BRESSER-Pereira, Luiz Carlos (1998). **A Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Editora 34. Terceira edição. Capítulo 3: “Capital Mercantil e Acumulação Primitiva”: 35-38.
- BRESSER-Pereira, Luiz Carlos (2001) **“Método e Paixão em Celso Furtado”**. In Bresser-Pereira e José Márcio Rego, orgs. (2001) **A Grande Esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34: 19-43 (25pp).
- CARDOSO, Fernando Henrique (1972) **O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio**. S.Paulo: Difusão Européia do Livro. Cap.3 (“O Modelo Político Brasileiro”: 50-82) e Cap.9 (“Imperialismo e Dependência na América Latina”: 186-209).
- CARDOSO, Fernando Henrique (1993) **As Idéias e seu Lugar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- CARDOSO, Fernando Henrique;FALETTO, Enzo (1977). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.
- CHANDLER, Alfred. **Escala, escopo e capacidade organizacional**, em McCRAW, T.K.(org.) – Alfred Chandler: Ensaio para uma Teoria Histórica da Grande Empresa”, tradução de “The Essential of Alfred Chandler\_ essay toward a historical theory of big business”, FGV, Rio de Janeiro, 1998.
- FURTADO, Celso (1959) **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Capítulos 17 e 18: “Passivo colonial...” e “Confronto com Desenvolvimento dos Estados Unidos”: 114-128.
- FURTADO, Celso (1974) **O mito do desenvolvimento econômico**. RJ, Paz e Terra, 1974
- GONÇALVES, Reinaldo. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KALVAN, F.R. **O lugar da Nação: estudo da abordagem da Nação no Dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação de mestrado.

USP. São Paulo. 2000.

MAGALHÃES, João Paulo de A. (1961) **Controvérsia Brasileira sobre Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, sem data. Publicada originalmente em 1961 pela Confederação Nacional da Indústria. Capítulo 1: “A Controvérsia e Seus Aspectos Gerais”:11-33.

PLIHON, D.. **A ascensão das finanças especulativas**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 5, 1995, p.61-78.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. Disponível em: [www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/17.pdf](http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/17.pdf). 2001. Acesso em 03 nov 2006.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, José Carlos (1999) **As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. Op. Cit. Capítulo “Limites e Possibilidades Históricas de Emancipação e Autonomia Nacional no Interior da Estrutura Capitalista Internacional: Dependência e Desenvolvimento: 235-268.